



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681369 - SP (2021/0226698-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DANILO ALVES SILVA JUNIOR
ADVOGADO : DANILO ALVES SILVA JUNIOR - SP436603
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THAINA DIAS DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THAINA DIAS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0076254-34.2018.8.26.0050).

A paciente foi condenada às penas de 7 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática da infração penal disposta no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, em concurso material com o crime no art. 344, *caput*, c/c o art. 70 (por três vezes), ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta a ausência de comprovação suficiente da autoria e dos elementos subjetivos exigidos pelos tipos penais imputados à paciente, inclusive da ameaça que considera indispensável à configuração do crime do art. 344, *caput*, do CP.

Alega a possibilidade de aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, em relação à condenação pelo crime de tráfico de drogas.

Aduz, ainda, a necessidade de aplicação da atenuante da menoridade relativa em favor da paciente, ao argumento de que, à época dos fatos, ela possuía 18 anos de idade.

Por fim, defende o cabimento do regime semiaberto para o início do cumprimento de pena.

Requer, liminarmente, a liberdade da paciente, sob a alegação de que não está comprovada a sua participação no crime de tráfico de drogas. No mérito, pugna pela concessão da ordem a fim de que seja confirmada a medida liminar ou aplicado o redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, com o consequente redimensionamento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Primeiramente, cumpre observar que a análise das teses absolutórias, *a priori*, demandaria amplo reexame fático-probatório, o que não se coaduna com os estreitos limites cognitivos do *habeas corpus*.

Além disso, verifica-se que no tocante à dosimetria penal, o Tribunal de origem pautou-se pelos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 93-94):

A pena-base foi fixada acima do mínimo legal, diante da personalidade voltada a prática delitiva baseada nos atos infracionais cometidos pela apelante, o que

deve ser afastada por não ser considerada infração penal. Nesse sentido: A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que atos infracionais não podem ser considerados maus antecedentes para a elevação da pena-base, tampouco podem ser utilizados para caracterizar personalidade voltada para a prática de crimes ou má conduta social.(HC 499.987/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019).

O aumento quanto à quantidade e natureza das drogas, nos termos do artigo 42 da Lei 11.343/06 deve ser mantido. Uma vez que elevou o aumento em ¼ baseado na personalidade e pela quantidade/natureza das drogas, proporcionalmente eleva-se a pena em 1/8, resultando em 5 anos, 7 meses e 15 dias, e 562 dias-multa.

A atenuante da menoridade foi reconhecida e reduzida em 1/6, neste caso a redução alcança o mínimo legal, ou seja, 05 anos de reclusão e pagamento de 500 dias-multa, respeitando-se a Sumula 231 do STJ: “A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal” (STJ Sumula 231, Terceira Seção, julgado em 22/09/1999, DJ 1999).

Mantem-se o aumento de ¼ diante da causa de aumento da pena disposta no artigo 40, VI da Lei de Drogas, fundamentado o aumento acima do mínimo diante do número de adolescentes envolvidos, resultando em 06 anos e 03 meses de reclusão, além do pagamento de 625 dias-multa.

O redutor previsto no § 4º do artigo 33 da Lei 11.343/06 não pode ser reconhecido, de vez que diante dos atos infracionais no mesmo crime e das provas dos autos, é indicativo de que se dedicava ao tráfico de drogas.

Quanto ao crime de coação no curso do processo. Mantem-se a pena final no mínimo legal, eis que retirando o aumento quanto à personalidade voltada a prática delitiva, a pena final com as fundamentações exaradas na sentença, se manteria. Reconhecido o concurso formal entre os três crimes de coação no curso do processo foi majorada a pena em ¼, resultando em 01 ano e 03 meses de reclusão e pagamento de 12 dias-multa.

Diante da pluralidade de condutas e resultados, reconhecido o concurso material entre os delitos de tráfico de drogas, mantém-se a soma, o que resulta ao final a pena de 07 anos, 06 meses e pagamento de 637 dias-multa.

Com efeito, em princípio, não se verifica a alegada inidoneidade da fundamentação, sobretudo no que se refere à atenuante da menoridade relativa e ao redutor do tráfico privilegiado.

Ressalte-se, ademais, que “por se tratar de questão afeta a certa

discrecionariiedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antônio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência